

LIMA, Tânia Stolze. *Um peixe olhou para mim. O povo Yudjá e a perspectiva*. São Paulo: Ed Unesp/ISA, Rio de Janeiro: NuTI, 2005. 399p.

Nádia Heusi Silveira

Resultado da fermentação intelectual produzida desde que completou os estudos de doutorado no Museu Nacional, “Um peixe olhou para mim” é marcado pela produção teórica local. A autora inova ao descrever o povo yudjá reorientando a teoria perspectivista sobre as relações políticas, grande mérito deste livro. No entanto, a intenção de desfazer a temporalidade narrativa da escrita etnográfica visando à descrição de um processo temporal específico é esmorecedora. O exercício de um “estilo plurilinear” associado a uma forte inspiração estruturalista e em diálogo com a filosofia produz um texto bastante denso, diria mesmo inacessível ao leitor não iniciado.

O livro transparece uma sólida bagagem etnográfica produzida em mais de dois anos de convívio com os Yudjá, entre 1984 e 1990. Lima adverte que é uma obra datada e parcial sobre esse povo tupi-guarani mais conhecido como Juruna – etnônimo que utilizou em seus textos de dissertação e da tese. A mudança se explica por um processo de escolarização recente que os estimulou a escolher a palavra yudjá como autodenominação. Os Yudjá assumem como seus traços distintivos a navegação, a produção de cauim e as falas de Senã’ã, o xamã que criou a humanidade e o mundo.

O efeito resultante da reflexão de longo prazo é um tipo de teoria etnológica às avessas. Após contribuir de maneira fundamental para a formulação do perspectivismo ameríndio, a autora aplica essa teoria em nova configuração em relação aos dados de campo. A textura da obra se faz com os debates teóricos que conduziram o desenrolar da etnologia sobre os povos das Terras Baixas da América do Sul e os matizes são dados pela etnografia juruna.

“Um peixe olhou para mim” pode ser lido em pelo menos três sentidos: como uma versão histórica da etnologia americanista a partir de problemas etnográficos específicos, como produção etnológica que compara os materiais yudjá ao modelo tupi e como uma etnografia em diálogo com questões teóricas atuais.

Um dos debates inaugurais da etnologia brasileira diz respeito ao parentesco entendido como variável dependente ou independente. A falta de senso de autoridade e ausência de grupos sociais discretos, que foi traduzida como estrutura social frouxa ou amorfa dos povos ameríndios, marcou a década de 1970 e orientou as etnografias produzidas desde então. Evidenciou-se entre os ameríndios que o parentesco é resultante da dinâmica da alteridade, de como cada povo equaciona diferença e identidade. No caso dos Yudjá, a escala das diferenças (*imama*) apresenta os primos cruzados no limite mais próximo, passando pelos não-parentes e demais povos do Parque Indígena do Xingu (estrangeiros conhecidos), até o limite mais distante dos povos da floresta (*abi imama*), selvagens e canibalizados no passado. A diferença leva a marca da inimizade, que pode surgir dentro ou fora do *socius* yudjá. Afinidade não é necessariamente sinônimo de alteridade, pois as pessoas a quem se aplica um termo de relação são *nana*, semelhantes, mesmo aqueles não-yudjá aparentados pelo casamento.

A indistinção entre o social e o pessoal é característica entre os Yudjá e a autora trata o fato como uma impossibilidade do espectador absoluto para essa sociedade. Pensando na estética do social, Lima descreve as relações de amizade masculina possíveis para os Yudjá a fim de elucidar uma “distribuição diferencial da posição de sujeito” (p.90), a qual serve de modelo para relações simétricas e assimétricas que agregam as pessoas. A assimetria é exemplificada no texto pela plausibilidade da afirmação ‘Pedro é amigo de Paulo’ não implicar em que o inverso seja verdadeiro. Uma relação de não equivalência existe entre o chefe ou um sênior e seus colaboradores, a não-reciprocidade dessa forma de amizade é marcada pela subordinação. Por outro lado, dois seniores de grupos cognáticos distintos podem estabelecer uma relação de amizade recíproca. O efeito produzido desde esta ótica é que olhando o grupo de dentro existe uma assimetria nas relações; de fora, contudo, só se percebe simetria.

A visão do todo aparece nos mitos na expressão “o pessoal de Senã’ã”, reconhecidos como equivalente histórico do povo yudjá. Se nos mito Senã’ã é o articulador do povo yudjá, a posição de catalizador na formação de um grupo, atualmente, pode ser assumida por qualquer homem casado. O procedimento mais comum para articular um grupo é atrair pessoas com cauim. A ênfase sobre a cauinagem como espaço de experimentação de um estilo de socialidade coloca essa prática no centro da trama analítica.

Grupos atravessados por outros grupos, a descrição de Lima do *socius* yudjá é inspirada por uma categoria nativa recorrente entre povos amazônicos, a de dono. Na língua yudjá, *ser iwa* de uma coisa ou pessoa designa propriedade, controle, predileção, proteção, criação e/ou relação. Tomado como princípio sociológico, *iwa* equivale à posição não definitiva de agente, isto significa dizer que a condição de “sujeito moral da produção” (p.96) circula entre as pessoas. Essa idéia de dono, sem equivalência em nossa concepção ocidental, é o que permite a produção de assimetrias, pois agrega pessoas em determinada atividade coordenada por alguém e gera um diferencial de poder agentivo, ao mesmo tempo em que envolve na ação pessoal a ação coletiva. É, portanto, meio de criação de unidades sociais. Os desdobramentos políticos da racionalidade perspectivista se traduzem na constituição de categorias de donos, mais ou menos prolongadas no tempo. Na pesca ou na cauinagem, a posição de dono é efêmera. Nas casas e roças duplica-se em masculino e feminino. O capitão do grupo cognático, por ser dono da palavra, posição alcançada pela senioridade, caracteriza-se por manter essa posição certo tempo, com alternância a cada geração. E, por fim, a chefia ou dono da aldeia, cuja atividade distintiva é construir e manter uma casa de cauim, é uma posição mais permanente, uma vez que a aldeia resulta da atividade coletiva de longa duração. A esse modo de socialidade, que reflete o tipo de processo no tempo descrito nos mitos, Lima define como contra-hierarquia, alinhada com Pierre Clastres.

A cauinagem é, sem dúvida, o conteúdo mais evocativo da realidade yudjá, seja pela riqueza de detalhes, seja pela centralidade que ocupa na